

SIGNIFICADOS DO TRABALHO DOMÉSTICO NO RECIFE DO SÉCULO XIX.

Tatiana Silva de Lima*

Resumo: A abrangência e a importância do trabalho doméstico no Recife do século XIX são registradas pela historiografia e pela documentação histórica. Não obstante este reconhecimento, torna-se pertinente refletir sobre os significados atribuídos a este trabalho. Neste texto perscrutamos os sentidos construídos para o trabalho doméstico no/sobre o século XIX no Recife, a partir da historiografia e dos documentos elaborados pelos contemporâneos. Tais significados são complexos, desenham uma teia intrincada de sentidos, ligados à história do gênero, das famílias, das variadas formas e dos muitos arranjos de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Significados, Trabalho doméstico, Recife – Século XIX.

SIGNIFICATIONS DU TRAVAIL DOMESTIQUE À RECIFE AU XIX^e SIÈCLE.

Résumé: L'étendue et l'importance du travail domestique à Recife au XIX^e siècle sont relatées par l'historiographie et par la documentation historique. Malgré cette reconnaissance, il devient pertinent de réfléchir sur les significations attribuées à ce travail. Dans ce texte, nous scrutons les sens élaborés par le travail domestique au/sur le XIX^e siècle à Recife, à partir de l'historiographie et des documents élaborés par les contemporains. De telles significations sont complexes, dessinent un réseau entremêlé de sentiments, liés à l'histoire du genre, des familles, des formes variées et de nombreux arrangements de travail.

MOTS-CLÉS: Significations, Travail domestique, Recife - XIX^e siècle.

O mundo do trabalho é diverso, multifacetado, melhor seria dizer mesmo: os mundos do trabalho. Mas nem sempre isso foi ponto pacífico na historiografia. A face da/o trabalhador/a escrava/o, por exemplo, começou a ganhar contornos dentro da história do trabalho no Brasil não faz tanto tempo.

Alertou-nos sobre esse “lapso” Silvia Hunold Lara na década de 1990 ao destacar que a história social do trabalho no Brasil vinha sendo identificada com a história do trabalho livre (assalariado). Era como se até o final do século XIX não houvesse existido trabalhadores mas apenas seres coisificados (escravos), que passavam a ser substituídos pelos trabalhadores livres (brancos e imigrantes), período caracterizado “de transição”, da “formação do mercado do trabalho livre” (LARA: 1998, 25-38)¹. Estas idéias, marcadamente marxistas tradicionais, encerram pelo menos duas problemáticas: a não figuração do trabalhador escravo e a falta de

* Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da UFPE.

¹ Exemplos: Caio Prado Junior em **História Econômica do Brasil** (1945), Florestan Fernandes em **A integração do negro na sociedade de classes** (1964), Théo A. Santiago organizando **América colonial** (1975), Paulo Sergio Pinheiro organizando **Trabalho escravo, economia e sociedade** (1984).

reflexão sobre os múltiplos significados e experiências de liberdade e de trabalho livre durante a própria escravidão.

Se formos traçar os desenhos de uma historiografia do trabalho doméstico o quadro não teria cores diferentes. E mais: deveríamos acrescentar o silêncio que as “história/historiografia” quiseram imprimir sobre as mulheres, já que o trabalho doméstico no Brasil do século XIX foi campo de atuação sobretudo dessas personagens.

Estudos vem sendo realizados na correnteza contrária. Em se tratando da história do trabalho doméstico no Brasil especificamente, a correnteza é favorável nos âmbitos nacional e local desde o final dos anos 1980. No entanto, não podemos deixar de frisar obras clássicas pontuais no desenvolvimento do tema aqui tratado, a saber: **Casa Grande & Senzala** (1933) e **Sobrados e mucambos** (1936) de Gilberto Freyre, **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942) de Caio Prado Jr., e **Da senzala à colônia** (1966) de Emília Viotti.

Em que pese a importância das obras de Freyre e Caio Prado, e guardadas as devidas diferenças entre as interpretações e perspectivas dos dois – um culturalista e o outro marxista, as imagens difundidas pelos mesmos reforçam idéias de índole brasileira, de moleza, inércia, mansidão, passividade (CARNEIRO: 2001, 37), idéias de que as mulheres conquistam pelo estômago e que a contribuição cultural africana restringiu-se à culinária, à sensualidade etc. No mesmo sentido, Emilia Viotti ratificou estereótipos, a exemplo da promiscuidade sexual escrava, da desorganização da vida familiar – ao tomar a família burguesa de inspiração européia como parâmetro, etc.

Não podemos também deixar de mencionar a produção de estudos nas ciências humanas (sociologia, psicologia, economia) a respeito do trabalho doméstico, tão profícua nos anos 1970 e 1980. Tomando o pensamento marxista e o movimento feminista como referências teóricas, estes estudos questionaram se o trabalho doméstico é ou não produtivo, discutindo conceitos como mais-valia, modo-de-produção, trabalho produtivo/improdutivo etc. (FERREIRA, 2000: 129-144).

Para perscrutarmos os significados do trabalho doméstico segundo a historiografia recente e específica sobre o tema, acreditamos ser pertinente lançarmos algumas questões: quem eram os/as trabalhadores/as domésticos/as? Quais atividades desempenhavam? Como as desempenhavam? Como se relacionavam com os seus senhores/as, patronos/as e patrões/patroas? Quais eram as representações construídas a respeito de tais trabalhadoras/es?

De acordo com a historiografia, notadamente referente ao século XIX, o trabalho doméstico no Brasil era o campo de atuação sobretudo das mulheres; a maioria dos estudos toma tais personagens como personagem central. Elas desempenhavam um sem número de

atividades como mucamas, amas de leite e de criação, lavadeiras, engomadeiras, costureiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, muitas vezes exercendo outras atividades lucrativas nas ruas (GRAHAM, 1992; MACEDO, 1998; COLLINS, 1999; KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008). Não obstante, alguns historiadores pesquisaram as ocupações dos homens no âmbito doméstico (MATOS, 2002; COSTA, 2007). Maria Izilda Matos refletiu sobre a singularidade do cotidiano no domicílio nas cidades de São Paulo e Santos entre 1890 e 1930. Esta historiadora destacou as ocupações dos homens no âmbito doméstico - criados, jardineiros, cocheiros, faxineiros, “cuidadores” de hortaliças, frutas e animais, eles ficavam com os serviços no entorno da casa e as mulheres com os serviços “de portas adentro” (MATOS, 2002). Maria Inês de Oliveira, estudando Salvador de 1790 a 1890, acrescentou outras pessoas que se ocupavam das tarefas mais degradantes e penosas de uma casa, os aguadeiros, os despejadores de dejetos etc. – homens, geralmente velhos, enfermos e crianças (OLIVEIRA, 1988).

As/os escravas/os, notadamente, livres e libertas/os podiam exercer atividades no domínio doméstico. Mas a partir de meados do século XIX, com a restrição da oferta de escravas/os, o discurso civilizador, racista e depois higienizador contribuíram para aumentar lentamente as oportunidades de emprego para as/os livres e libertas/os, em detrimento das/os escravos/as (CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; GRAHAM, 1992). Sobre a quantidade de criados/as nas casas, a respeito do Recife, na falta de pesquisas em inventários, por exemplo, é lugar comum citar o francês Tollenare, que viveu no Recife nos anos de 1816 e 1817: “Todo o serviço doméstico é feito por escravos (1- São precisos muitos para o serviço de uma casa decente; pelo menos dez ou doze.)” (TOLLENARE, 1978: 201) (CARVALHO, 2003; SILVA, 2004).

As pessoas que trabalhavam no domínio domésticos podiam também ser concubinas ou prostitutas e ainda filhas naturais/ilegítimas de senhores/patronos/patrões (KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008). Vem de B. J. Barickman uma importante chave interpretativa sobre as relações familiares e de parentesco a partir da análise da lista nominativa de Santiago do Iguape em 1835, no Recôncavo Bahiano, documento não utilizado pelos historiadores acima. Este historiador enfatizou que, pelo menos para o local citado em 1835, *domésticos* podiam equivaler a agregados, filhos ilegítimos, concubinas, e não necessariamente a empregados domésticos como pensamos atualmente. Ele ainda descreveu como se imbricavam os sentidos de *fogo*, casa e família, e como família possuía um sentido de rede de parentesco ou de grupo doméstico censitário (BARICKMAN, 2003).

Para as/os serviçais o trabalho era extenuante, muitas vezes eles/elas acumulavam atividades econômicas na rua, como era o caso das vendeiras e das lavadeiras, configurando verdadeiros arranjos de trabalho. Muitos escravos/as eram alugados/as para tais serviços, e alguns se inseriam neste mercado como escravos/as de ganho. (OLIVEIRA, 1988; KARASCH, 2000; CARVALHO, 2003; SILVA, 2004; PEREIRA, 2005; CUNHA, 2007; BRITO, 2008). Mesmo entre as/os criadas/os que não desempenhavam atividades lucrativas “portas afora” algumas precisavam sair às ruas para fazer mandados, comprar mercadorias, levar recados, quando não havia uma pessoa ocupada especialmente destas tarefas.

A observação de que no domínio do trabalho doméstico havia uma tensa relação entre *casa* e *rua* amplia a identificação dos/as trabalhadores/as domésticos/as, que compõem um número crescente. Estas características também colocam em jogo uma interpretação tradicional do escravo doméstico, segundo a qual o proprietário usa e se apropria integralmente do produto do seu trabalho assumindo os gastos de sua manutenção (OLIVEIRA, 1988).

A historiografia também diferencia trabalho doméstico e trabalho domiciliar. Segundo Maria Izilda Matos:

Trabalho domiciliar deve ser entendido como aquele realizado na habitação do trabalhador, por encomenda da empresa ou de seus intermediários, envolvendo geralmente a realização de uma tarefa parcial do processo produtivo, último elo da cadeia produtiva, cujo pagamento era feito geralmente por peça. (...) Essas instâncias de organização da produção configuravam-se como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres de setores populares, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado (MATOS, 2002: 90, 91)

As relações entre as personagens aqui tratadas se constituíam a partir da gramática patriarcal e da noção de honra. O espaço público foi uma construção masculina do final do século XVIII, o que continuou no XIX, mesmo sofrendo mudanças ainda na primeira metade deste século. As mulheres que queriam ter respeitabilidade evitavam a rua. Até para as mulheres dos grupos populares era melhor trabalhar em “casa de família” do que ser vendeira (CARVALHO, 2003: 52-56). Pelo menos na idealização do comportamento, o lugar natural da mulher era o privado, reclusa dentro da casa, daí a feminilização da domesticidade (CUNHA, 2007). Nesta perspectiva, as criadas sofriam um grande controle, deviam ser morigeradas, asseadas, subservientes, trabalhadoras, fieis etc. Sofriam também assédio e violência física e sexual.

Mas elas resistiam, abertamente ou subliminarmente, fugindo, dando prejuízo aos senhores/patronos/patrões, assassinando estes ou seus familiares (CARVALHO, 1998; COLLINS, 1999; SILVA, 2004; LIMA, 2004). Neste sentido, ficavam em relevo os

“arruados” da casa, quando o lugar transita da representação de segurança e estabilidade, para ser representado como o lugar da violência, podendo a rua por sua vez passar da noção de suspeição, imprevisibilidade, sujeira e perigo para a ideia de acolhimento/proteção.(DAMATTA, 1984, 2003)

Durante muito tempo, a imagem dos criados seria associada à de um intruso necessário, mas perigoso, que poderia corromper a família ao trazer vicissitudes do ambiente público, contaminado pelos costumes pouco civilizados das camadas populares (MAIA, 1999).

Significados do Trabalho doméstico no Recife de meados do século XIX: algumas questões sobre relações de trabalho, gênero, criança e família.

Na primeira metade do século XIX, o Recife passou por um processo de crescimento populacional. O censo de 1828 estimou 25.678 habitantes para o centro urbano – formado pelos bairros do Recife, Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%) (CARVALHO, 1998: 41-91). De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José – desde 1844, e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes (FIGUEIRA DE MELLO, 1979: 283) da cidade do Recife como um todo. Destes, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%). O crescimento da população deveu-se ao aumento do número de livres e forros, com uma pequena diminuição dos cativos, que ocorreu sobretudo a partir do fluxo de imigrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro urbano. Por esta mesma época, havia mais de 5.500 casas nos bairros centrais (IDEM).

Estas casas ofereciam muito trabalho. Os anúncios de compra e aluguel de escravas/os, de oferecimento e solicitação de serviços domésticos que se seguem indicam parte da diversidade destes serviços e dos arranjos entre várias atividades que uma mesma pessoa podia exercer:

Uma negra sem cria, e com bom leite: quem pertender annuncie .(D.PE, 02/01/1837).

Na rua das Cruzes n.22, segundo andar, vende-se uma escrava parda de 26 annos, com habilidades; uma linda crioula de 22 annos, com habilidades; 4 ditas de nação de 20 a 24 annos, que cozinham, lavam de sabão e são quintandeiras; uma linda negrinha de 12 annos, optima para ser educada (...) (D.PE, 21/01/1851).

Um moleque de 18 a 21 annos, bom official de sapateiro, próprio para todo o serviço, até mesmo para pagem; na rua do Palacete, casa visinha a de Francisco Gonçalves do Cabo.(D.PE, 21/01/1837).

Quem precisar de um homem forro para pagem ou criado de sala, annuncie por esta folha (D.PE, 20/01/1851)

Offerece-se um homem Portuguez para feitor de algum sitio, o qual entende de plantações e de jardim, também entende de bolieiro, quem pretender dirija-se a ponte do Remédio, venda de Manoel Lemos, que ahi achará com quem tratar (D.PE, 22/01/1851.

Henry Koster, que se tornou lavrador de cana de açúcar em Pernambuco no início do século XIX, destacou inclusive que “Os jardineiros são principalmente, portugueses das províncias da mãe pátria” (KOSTER, 1978: 362).

O trabalho doméstico era um dos maiores empregadores no Recife do XIX. Num estudo sobre a escravidão de pequeno porte no Recife dos oitocentos, o economista Antônio Pessoa Nunes Neto analisou uma amostra de 523 inventários disponíveis para o Recife entre 1800 e 1887, abordando os que declararam um plantel de 1 a 5 escravos. Estes perfizeram o total de 289 inventários, que indicaram 867 escravos, sendo 422 homens e 445 mulheres. O número médio de escravos nos locais de pequeno plantel não chegou a 3 cativos, indo para 5 se considerarmos todos os inventários (NUNES NETO, 2005).

Um dos aspectos a ser destacado é que dos escravos com atividades descritas a metade era do serviço de casa. Se considerarmos que a/o cativa/o acumulava tarefas, este número pode aumentar com alguns que foram declarados dos serviços de rua e de ganho, por exemplo. O universo também pode ficar maior se considerarmos alguns cativos que não tiveram seus ofícios identificados (IDEM).

Outra questão a ser refletida está relacionada ao número de escravos domésticos que o francês Tollenare apontou existir nas casas “*decentes*” no Recife no começo do século, de 10 a 12 pelo menos. Segundo o estudo do economista supracitado, mais da metade da amostra de inventários disponíveis para o Recife no século XIX indicam que os inventariados possuíam de 1 a 5 escravos. Os 234 inventários restantes declararam mais de 1.300 cativos, perfazendo cerca de 6 escravos por inventariado. Além do que, nem todos estes cativos eram utilizados no domínio doméstico. Dividindo sua amostra por períodos² com o intuito de refletir a respeito da estrutura da riqueza dos inventariados, o autor comenta ainda que houve uma tendência de declínio da posse de cativos de maneira geral. E para corroborar com esta interpretação, destacamos o inglês Henry Koster, quando escreveu haver um grande número de pessoas com poucos escravos no Recife (KOSTER, 1978: 411).

Mesmo se Tollenare estivesse exagerando, sobretudo quanto à recorrência da grande propriedade de escravos criados, havia mesmo pessoas que dispunham de muitos escravos domésticos, como um comerciante inglês de grosso trato com cerca de 18 em 1848. No entanto, o comentário do francês certamente guarda significados mais profundos, como o

² 1800 – 1830; 1831 – 1850; 1851 – 1887.

próprio indicou ao escrever sobre a dificuldade de obter um criado por ser vergonhoso vender um negro de casa. A escravidão, uma instituição econômica, com o tempo tornou-se também uma instituição social. Estudos têm analisado que possuir escravos significava status (SILVA, 2000; OLIVEIRA, 1988; CARVALHO, 1998). Ter escravos/as serviçais fazia parte dos hábitos suntuários do patriarcado urbano._

Não obstante, cativos classificados “do serviço de casa” não trabalhavam apenas nas casas de morada, mas também nos negócios dos seus donos, “partilhando com eles o produto de seu trabalho diário” (KOSTER, 1978: 411). Este foi o caso de José Joaquim de Abreu, dono de uma loja de secos e molhados no bairro do Recife na década de 1830. O comerciante possuía 5 escravos: o padeiro Pedro Crioulo (34 anos); Paulina Parda, do serviço de costura (24 anos); o sapateiro Silvério Crioulo (22 anos); Antônio Benguela, do serviço da rua (50 anos); e Maria Benguela, do serviço de casa (32 anos). Todos os cativos trabalhavam com o senhor na loja, que possuía um comércio de pães com produção diária pequena (NUNES NETO, 2005: 223).

Os viajantes não se cansaram de destacar os muitos doces, bolos e biscoitos que haviam no Recife (GRAHAM, 1956; KOSTER, 1978). Em praticamente todas as casas que eles foram Província adentro encontravam guloseimas. A própria Sandra Graham nos informou onde as lojas se instalavam nos bairros centrais, no térreo dos sobrados residências mesmo (GRAHAM, 1956:112; ver também: SOUTO MAIOR e DANTAS SILVA, 1992).

Os estabelecimentos de comércio no Recife a serem abastecidos eram muitos: só no ramo de produtos alimentares a varejo havia muitas lojas de secos e molhados, muitas quitandas; só de botequins e tavernas existiam em média 516 em 1851, e 415 em 1860; as padarias e confeitarias eram maioria entre os estabelecimentos de pequena produção para o comércio, cerca de 61 em 1851 e 80 em 1860 (ZANCHETTI, 1989). Nesta perspectiva, não era de se estranhar que nestes sobrados cativas/os, libertas/os e livres desempenhassem tanto funções nas lojas comerciais como afazeres domésticos. Talvez esta distinção não fosse tão clara. Assim, podia ser muito tênue a linha divisória entre o que identificamos hoje como trabalho doméstico, trabalho de pequena produção em estabelecimentos comerciais e o que Maria Izilda Matos chamou de trabalho domiciliar, guardadas as devidas diferenças já que ela tratou de São Paulo e Santos entre 1890 e 1930.

Parece que havia outra fronteira indefinida no universo do doméstico. Quando Koster comenta sobre o abandono de criança nas portas das residências ricas da cidade, diz que a mesma: “é quase invariavelmente sustentada, e criada entre os filhos da casa (se a cor não é completamente escura a admitem nesse meio), certamente como um doméstico mas não como

servo, e mesmo a negrura de sua tez não a afasta de ser instruída entre os meninos brancos” (KOSTER, 1978: 376). Então, doméstico aproxima-se do sentido que nos falou Barickman, agregado (livre) – a criança abandonada era considerada livre. Por outro lado, Koster desconecta doméstico do sentido de servidão.

No entanto, estudos tem argumentado que as crianças dos grupos subalternos (cativas, libertas, livres pobres) tiveram experiências muito parecidas no Brasil escravista. Comumente, empregados/as domésticos/as eram denominados/as de “criados/as”, pelo fato de muitos/as chegarem à casa do/a empregador/a bem pequeno/a, “usufruindo durante alguns anos um status um tanto ambíguo que variava entre o de criança engraçadinha e o de serviçal” (FONSECA, 2002: 35). A circulação também permeava a vida das crianças populares, muitas vezes sendo criadas longe dos seus progenitores. No caso das crianças abandonadas nas Casas dos Expostos elas eram cuidadas por amas de leite e de criação até os 7 anos, podendo ter várias amas. A partir desta idade as meninas ingressavam no Colégio das Órfãs, se ninguém as adotasse. Neste local aprendiam as primeiras letras, história do Brasil, doutrina cristã, atividades domésticos etc., para ingressarem no mercado de trabalho doméstico ou para casarem (MILANICH, 2001; FONSECA, 2002; NASCIMENTO, 2008; BRITO, 2008). Estas e outras meninas também sofriam todo tipo de violência e assédio sexual onde trabalhavam no domínio doméstico (VASCONCELOS: 2007; COSTA, 2007).

Gênero tem sido a abordagem usada para teorizar a questão da diferença sexual. O gênero é uma maneira de analisar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. A compreensão seja da mulher ou do homem advém de estudo que os considerem conjuntamente, de forma relacional. Do mesmo modo, a abordagem de gênero deve estar ligada às categorias de raça, classe ou etnia (SCOTT, 1996; ver também: BUTLER, 2006; HARAWAY, 2004).

É bem corrente a expressão cria da casa, nascida/o e criada/o na casa, em cartas de alforria para denominar a/o alforriada/o, certamente filha/os ilegítimos das escravas com seus senhores (LIMA, 2004). No entanto, o código moral do século XIX, não incentivava o reconhecimento explícito destas filiações. No universo de 456 alforriados no Recife das décadas de 1840 e 1850, apenas uma forra teve sua paternidade declaradamente reconhecida pelo pai e senhor. Em 1856, Ângelo de Albuquerque registrava a carta de liberdade da “crioula” Felippa, que havia sido concedida em 1833 na Matriz de Nossa Senhora da Luz. Segundo o proprietário, ele alforriava a cativa “(...) pelo amor de Deus, e pela reconhecer sempre por filha minha, havida por fragilidade humana da escrava Micaela do dito meu pai, a

qual de hoje para sempre poderá gozar de sua liberdade (...).³ A paternidade foi tratada com culpa, circunscrita à fragilidade humana, mas fragilidade de Micaela, que era mulher e escrava (LIMA, 2004).

Desta e de outras maneiras, famílias, notadamente matrifocais, dos grupos subalternos envolviam-se ou não com o trabalho doméstico, pois um código cultural era legado de geração a geração. Em se tratando das famílias escravas, para alguns autores elas instituíam a paz nas senzalas e para outros expressavam a resistência cativa (SLENES, 1999; MATTOS: 1998; FLORENTINO e GÓES, 1997).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

MANUSCRITAS:

Diário de Pernambuco: 02/01/1837; 21/01/1837; 20/01/1851; 21/01/1851; 22/01/1851.

Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida (Recife) 03, n. 39, fl. 229, 25/01/1856.

IMPRESSAS:

FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. **Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco**. Recife, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823**. Trad. e notas Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978.

TOLLENARE, Louis – François. **Notas Dominicais**. Coleção Pernambucana. V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

LIVROS E ARTIGOS:

BRITO, Rose Kelly. *Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850)*. In NASCIMENTO, A. e GRILLO, Maria Ângela (org.). **Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História**. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 19-212.

BUTLHER, Judith. *Regulaciones de Género*. In **Revista de estudos de gênero**. La ventana, n. 23. Universidad de Guadalajara. Guadalajara, México. P. 7-35.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Procuram-se amas-de-leite na historiografia da escravidão: da “suavidade do leite preto” ao “fardo” dos homens brancos*. In **Em tempos de histórias**, nº 05, ano 5, 2001.

CARVALHO, Marcus. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.

_____. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850*. In **Afro-Ásia**, 29/30, p. 41 – 78, 2003.

³ Livro de Notas do Tabelião Francisco Baptista d’Almeida (Recife) 03, n. 39, fl. 229, 25/01/1856.

COLLINS, Jane-Marie. *Slavery, Subversion and Subalternity: Gender and Violent Resistance in Nineteenth-Century Bahia*. In Solange Ribeiro de Oliveira e Judith Still (orgs.). **Brazilian Feminists** (Nottingham: The University of Nottingham, 1999) p. 34 – 56.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1998.

COSTA, Robson. *Os germes da perversidade: infância e juventude escrava em Pernambuco, 1871-1888*. In MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emilia (org.). **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 51-68.

CUNHA, Olívia M. G. da. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. In CUNHA, Olívia M. G. da e GOMES, Flávio dos S. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco LTDA, 1984.

_____. **A casa e a rua** – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Do silêncio ao preconceito: a (des)caracterização do emprego doméstico no pensamento acadêmico*. In **História & Perspectiva**, Uberlândia, (23): 129 – 144, Jul./Dez. 2000.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FLORENTINO, M. e GÓES, J. R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro. 1790-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 12ª edição brasileira, 13ª edição em língua portuguesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

_____. **Sobrados e mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HARAWAY, Donna. “*Gênero*” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In **Cadernos Pagu** (22) 2004. p. 201-246.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2. ed. Coleção Pernambucana. Vol. XVII. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura: 1978.

LARA, Silvia H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. In **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. N. 16, Fev./98. São Paulo: EDUC. p. 25-38

MACEDO, Concessa Vaz de. *Da lavagem de roupa às branquearias comerciais: sobre o papel das lavadeiras na Escócia setecentista*. In **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 16, fev. 1998, p. 59 – 74.

MAIA, Clarissa Nunes. *O criado de servir: a regulamentação do serviço doméstico no Recife*. **Caderno de História**. UFRN. V.1, n. 1 (jan./dez. 1999). Natal (RN): EDUFRN, 1994.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura** – história, cidade e trabalho. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002, p. 21 – 25.

MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MILANICH, Nara. **Los hijos de la Providencia**: El abandono como circulación em el Clile decimonónico. New Haven: Universidad de Yale, 2001.

NASCIMENTO, Alcileide. *A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura*. In NASCIMENTO, A. e GRILLO, Maria Ângela (org.). **Cultura, gênero e infância**: nos labirintos da História. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 185-198.

NUNES NETO, Antonio Pessoa. *Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX*. In **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. N.61, Recife, julho de 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês C. de. **O liberto**: seu mundo e os outros. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

PEREIRA, Cristiana Schettini. *Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX*. In **Cadernos Pagu** (25), Jul./dez. 2005, p. 25-54.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. 3. ed. Recife: SOS Corpo, 1996.

SILVA, Adriana M. P. da. **Aprender com perfeição e sem coação**: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra**: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870). 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFPE, Recife.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUTO MAIOR, Mário e DANTAS SILVA, Leonardo (org.). **O Recife**: quatro séculos de sua paisagem. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; PCR, Secretaria de Educação e Cultura, 1992.

VASCONCELOS, Maria Emília. *Meninas, moças e donzelas: os crimes sexuais e a honra em Pernambuco Imperial (1860-1888)*. In MIRANDA, Humberto e VASCONCELOS, Maria Emília (org.). **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. da UFPE, 2007. p. 85-98.

ZANCHETI, Sílvio. *O Estado e a Cidade do Recife (1836-1889)*. 1989. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) USP, São Paulo.